

Uma história feita com mulheres: as narrativas de caminhoneiras

Nelson Barros da Silva Junior¹

Resumo: Neste artigo proponho uma reflexão sobre memória e experiência, utilizando como base as histórias de vida disponíveis no Museu da Pessoa. Para desenvolver essa análise, opere com uma entrevista que compõe parte da exposição "A Vida em Movimento: Mulheres Caminhoneiras". O arcabouço teórico, fundamentado na História do Tempo Presente, História Oral, História Pública e História das Mulheres, me permite aprofundar a compreensão sobre os usos do passado, com foco na memória do sofrimento e na representação da história das mulheres nos espaços de memória. Com este estudo contribuo para as discussões a respeito dos limites e das possibilidades de discutir o passado e o presente na elaboração de narrativas orais no espaço público em relação às histórias das mulheres e os estudos de gênero.

Palavras-chave: Museu da Pessoa; Histórias de Vida; História das Mulheres; Caminhoneiras.

Introdução

Este ensaio tenciona memória e experiência por meio de narrativas orais que derivam justamente do “fascínio do vivido”. É um ensinamento de Verena Alberti (2004), que evidencia a capacidade que o historiador ou historiadora, junto aos sujeitos, tem de dialogar com o passado, uma vez que esse entrecruzamento detém a potência de nos fascinar com a experiência do outro. É também uma viagem no tempo e no espaço na qual o historiador é ciente que aquilo que a sociedade esconde, sofre, recalca e esquece sempre encontra uma forma de retornar. E esse retorno precisa ser mediado. Em perspectiva historiográfica, esse sofrimento como questão de pesquisa é abordado por Arlette Farge (2015). A História, enquanto campo disciplinar, se constituiu predominantemente a partir de estudos sobre eventos que produziram ruptura, violência e trauma.

¹Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/CPLT) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do Grupo de Pesquisa Cultura é Memória (CUME) e do Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural (LABPACH). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0867399846823346>. Bolsista do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação. E-mail: nelson.bdsj@edu.udesc.br

Das revoluções às epidemias, conforme Farge (2015), os trabalhos de Phillipe Ariès (1975), Michel Vovelle (1974) e Robert Favre (1978), impulsionados pela história das mentalidades, colocaram a memória do sofrimento nesse espectro. A linha de argumentação de Farge (2015) me interessa, a partir da constatação de que “na disciplina histórica, não há dúvida de que as situações, os acontecimentos, os lugares e os objetos que provocam sofrimento estão sobrerrepresentados” (Farge, 2011, p.13).

Esse caminho é feito em diálogo com a entrevista de Magali Aparecida Peccinati de Souza, que compõe a exposição “A vida em Movimento: Mulheres Caminhoneiras²”. Uma entrevista com duração de aproximadamente 2 horas, realizada dentro de sua cabine, de forma remota, com a acadêmica de ciências sociais e estagiária do Museu da Pessoa, Luiza Gallo Favareto. Entrevistas que nos ensinam sobre o cotidiano de caminhoneiras que vivem na estrada por um longo período. Narrativas que enfrentam um estigma que as enraízam em casas, lares, lugares e não lugares, na acepção de Marc Augé (2008), que demonstra que em um lugar há uma incorporação da identidade, na qual os sujeitos compartilham modos de ser, estar e sentir. Um lugar é composto por trocas, convivências, intimidades e locuções. Em Marc Augé, “o lugar e o não lugar, são, antes, polaridades fugidas: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente” (Augé, 2008, p. 74). Em termos estratégicos, a linha argumentativa tecida por Augé, em busca de uma definição do “não lugar”, me contempla. Os não lugares, contudo, são a medida da época; medida quantificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões, entre superfície, volume, distância, as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e os domicílios. Conforme Augé (2008), o sujeito somente se sente confortável em um lugar se está presente de pessoas com as quais compartilha a vida.

É como ensina Julice Salvagni (2020, p.577) que as mulheres “caminhoneiras, embora bem ajustadas e adaptadas ao caminho, deslocam parte de sua vida familiar, social e de lazer para outra dimensão, que não é a do trabalho, talvez tampouco seja a da casa”. Nesse segmento, as caminhoneiras estão sempre em trânsito, uma vez que carregam e representam em si uma ideia de abandono de todo movimento que entendemos por unificação. É no delinear de Guacira Jacira Louro que o sujeito é “dividido, fragmentado e cambiente [...] de modo tal que só o

²A exposição realizada em 2022 pelo Museu da Pessoa “A Vida em Movimento: Mulheres Caminhoneiras” nos transporta para o universo de dez caminhoneiras que agora têm suas histórias preservadas no Museu da Pessoa. A exposição apresenta mulheres que dirigem suas vidas e caminhões pelas estradas Brasil afora. São relatos de força e sensibilidade; dúvidas e certezas; sonhos realizados e sonhos a realizar. Para essas mulheres, a vida está em constante movimento, e elas sabem exatamente aonde querem chegar (Museu da Pessoa, 2022). Esse projeto foi viabilizado através da Lei Federal de Incentivo à Cultura (PRONAC 20.4741), com a realização do Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Especial da Cultura, e do Museu da Pessoa, com o patrocínio da Arteris. Disponível: <https://museudapessoa.org/exposicoes/a-vida-em-movimento-mulheres-caminhoneiras/>

movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante” (Louro, 2008, p.13). Os viajantes, os sujeitos, as mulheres, as caminhoneiras nunca chegam. Pelo contrário, perfazem percursos, trajetórias, lugares e não lugares (Salvagni, 2020).

Meu interesse, nesse sentido, é percorrer o tema das mulheres caminhoneiras, ao passo que me atenho às noções de gênero e História Oral. Trata-se de explorar o cotidiano pouco falado dessas mulheres ligadas às profissões no setor de transportes pelas estradas brasileiras. Também desejo mediar palavras que exprimem a dor, que sentido ou que recusa de sentido lhes dar (Farge, 2015, p.13). O objetivo deste artigo é, portanto, analisar a memória oral de caminhoneiras, com o propósito de identificar a rotina de trabalho dessas mulheres, considerando as ações cotidianas de gênero e trabalho, por meio de suas narrativas.

O cotidiano invisível das mulheres do transporte

“A vida em Movimento: Mulheres Caminhoneiras” nos conduz a um universo de mulheres que dirigem suas vidas e seus caminhões pelas estradas brasileiras. É por meio do relato de dez caminhoneiras que a exposição, por meio das narrativas, nos demonstra a força, sensibilidade, dúvidas, certezas, frustrações e mágoas de mulheres em constante movimento.

Ao escolher a exposição e as entrevistas que as compunham, esperava encontrar nos discursos elementos que compusessem e cristalizassem como o machismo é constituído como um sistema de representações atrelada à dominação sustentada no argumento insustentável do sexo, dos polos hierarquizados de dominante e dominados. No entanto, ao reformular meus questionamentos, ajustei o olhar e a escuta para um processo de sofrimento no qual o machismo se apresenta como somente um entre os múltiplos elementos que compõem a identidade narrativa (Ricoeur, 2006) dessas mulheres. É ambição, uma ideia de recomposição, reconstituição, um encadeamento retrospectivo a ser realizado. (Ricoeur 1968, p.26).

Esse movimento coloca o presente em perspectiva temporal, considerando a sua densidade no seio da própria historicidade. É uma história do presente, ou melhor, do tempo presente, construída na dialética das temporalidades, que ora saltam, se cruzam, se sobrepõem, circulam e operam nas ramificações temporais. De Kairós a Chronos, pensar a “memória implica pensar a razão pela qual dado elemento foi escolhido e por que em tal momento em vez de outro” (Hartog, 2022, p.139).

A meu ver, implica também em desvelar uma das interfaces das violências de gênero: *o processo de espoliação das lembranças* que, no caso da história das mulheres e das questões

de gênero, ocorre predominantemente de forma sistemática. É um diagnóstico observável pelas lentes das histórias das mulheres, uma vez que “há um déficit, uma falta de vestígios” (Perrot, 2007, p. 21). A intelectual sustenta que é urgente superar o silêncio sobre as mulheres. “Escrever história exige ter fontes, sejam documentais ou não, mas até isso dificulta quando se trata de história das mulheres, sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios desfeitos e seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios” (Perrot, 2007, p. 21). Se as exposições, por sua vez, comunicam, representam e afetam o sujeito, isso significa, portanto, questionar e problematizar as interfaces e relações entre memória, história e esquecimento.

Diante dessa espoliação, o Museu da Pessoa, fundado em 1991, caracterizado como um vetor de memória virtual, permite explorar diferentes interfaces da memória a partir das exposições, coleções e acervos. O Museu da Pessoa é um espaço de análise também por realizar aquilo que Paulo Knauss (2016, p.144) chama de “postura em busca de uma posição clara contra a opressão e as injustiças sociais” em relação aos museus que lidam com memórias sensíveis e traumáticas em seus acervos. É um espaço de análise por ser vetor de memória, seguindo uma linha de argumentação de Janice Gonçalves, para quem “a memória, portanto, não está nos artefatos, ou nas canções, ou em nomes de cidades: ela é um trabalho ativado com o auxílio de elementos como esses, aos quais nossas vidas ficaram (e ficam) de alguma forma associadas” (Gonçalves, 2015, p.18).

Em continuidade, antecipo que, além de serem lugares privilegiados de memória, os museus são, a um só turno, lugares privilegiados de representação. Conforme a historiadora Irene Vaquinhas (2014, p.04) uma Museologia de Gênero promove “um discurso crítico sobre o papel social e político dos museus na sociedade contemporânea, procurando, sobretudo, resgatar a memória e os patrimônios femininos e dar visibilidade à participação ativa das mulheres”. As narrativas representam e afetam o sujeito, implicando uma problematização entre história, memória e esquecimento. É uma forma de tornar as narrativas femininas, de acordo com Isabelle Vahé (2009), visíveis aos níveis museais, patrimoniais e públicos, como um gesto, um ato de justiça e um reforço da visibilidade política das mulheres.

Esse movimento pode ser feito pela narrativa, pela oralidade, não se trata de um “dever de memória” e sim, um “trabalho de memória”, que permite as mulheres, para além do processo de justiça, da visibilidade política das mulheres, elaborar seus lutos, dores, sofrimentos psíquicos e simbólicos, por meio da linguagem. É um movimento que possibilita tornar visível o protagonismo feminino nos níveis museais e patrimoniais. A representação, íntima aos estudos de gênero, é no dizer de Losandro Tedeschi (2019, p.641) “fazer conhecer as coisas

imediatamente pela ‘pintura de um objeto’, por ‘algumas figuras’, por algumas marcas — como ‘enigmas’, os ‘emblemas’, as ‘fábulas’, as ‘alegorias’.

É também um movimento de abertura, ancorado nas interfaces da História Pública, que exige olhares atentos e reformula o compromisso e a reparação das diferentes violências que a historiografia convencional consolidou por meio de um esquecimento sistemático mediado pelas relações de poder em torno das subjetividades disruptivas, dos corpos, dos públicos e das virtudes afetivo-epistêmicas. É, antes de tudo, um posicionamento, como sugere o historiador Marcel Rangel, que desloca e reorienta o papel da história como prática e ética política.

É justamente esse posicionamento mais franco e atento em meio à diversidade que torna possível ou continua/intensifica certa tensão (democratizante) e a própria constituição de um conjunto de afetos adequados à percepção do que difere e à insistência nesse comportamento que é do acolhimento, do que não está mais propriamente visível, afetos como o amor, a modéstia, paciência (atenção, escuta) e certa fúria (indignação), os quais constituem o que gostaria de chamar de virtudes afetivo-epistêmicas (Rangel, 2021, p.21)

É um debate proposto por Hans Ulrich Gumbrecht, que, em 1999, já nos alertava para um panorama catastrófico dos historiadores profissionais, ao afirmar que “ninguém mais confia no conhecimento histórico em situações práticas” (Gumbrecht, 1999, p.459). É um panorama, uma situação, resultante de um sintoma social, de um desejo coletivo, que se “manifesta na vida cotidiana através da literatura, filmes, séries, música, jogos, teatro, artes em geral, televisão, rádio, museus e outras mídias” (Castro; Rodrigues, 2024, p.09).

Diante desse cenário, o campo da História Pública oferece um ambiente profícuo de diversidade de atuações e definições, já delineado por Marta Rovai, Juniêle Almeida Rabêlo, Ana Maria Mauad e Ricardo Santhiago. “A história feita com o público, a história feita para o público”, e feita pelo público, constitui, a meu ver, um caminho essencial para reelaborar intersecções entre as pesquisas e as abordagens acadêmicas, diferentes públicos, espaços e saberes conectados e interconectados. É uma ideia de experiência que opera em torno de uma trama tecida ao longo de um tempo compartilhado. Contar a própria história é, portanto, na perspectiva benjaminiana, o ato de percorrer um longo trajeto, de se deslocar (Gagnebin, 1994), assim como o narrador, que percorre muitos caminhos e acumula histórias para serem narradas (Benjamin, 1994).

A experiência é aquela que circula oralmente, transmitida de um sujeito a outro. Conforme Beatriz Sarlo (2007), narrar e compreender a experiência implica reconhecer nela uma das várias formas de verdade em relação à experiência vivida. O testemunho, portanto, representa um caminho essencial no processo de transmissão da experiência, uma vez que

articula a memória e o acontecimento. (Sarlo, 2007). É um movimento que coloca sempre a possibilidade de se valorizar a subjetividade, por meio das narrativas, dos testemunhos que contam as experiências individuais e coletivas, evidenciando como elas contribuem para uma compressão não ampla, mas profunda de uma história.

“Se a pessoa não acreditar nela mesma, quem vai acreditar?”

A personagem, a mulher, mãe de três filhos, caminhoneira da empresa LZN Logística, Magali Aparecida Peccinati de Souza, nos conduzirá por um percurso guiado pelos faróis da memória e da oralidade. Uma mulher, nascida em 1980, na cidade de São Paulo, e criada na cidade de Sorocaba. A territorialidade de Magali é marcada pela multiplicidade, isso porque ao longo da entrevista nos é explicado que morou em Chapecó, Lages e Sete Lagoas. Um elemento com relação à profissão do pai e seu sonho de infância, que era ser motorista de caminhão. *Se a pessoa não acreditar nela mesma, quem vai?* O título da entrevista logo nos apresenta uma linha de pensamento central, um fio condutor de uma história marcada sobretudo pela noção de “superação”. Se há superação, evidentemente, há uma trajetória atravessada por feridas, sofrimentos, obstáculos, tragédias, acontecimentos, marcas e rastros, elementos sobre os quais historiadores e historiadoras devem, a meu ver, se debruçar.

O fio condutor que proponho aqui é refletir sobre questões abordadas na feitura da fonte: *gênero, trabalho e experiência com violência e exclusão* relacionada à maternidade. São marcadores sociais que ora atravessam, ora sustentam, ora se sobrepõem aos demais temas abordados ao longo da entrevista. Uma trajetória multifacetada marcada a partir de diferentes profissões como ajudante de cozinha, panfleteira, empilhadeira, promotora de hortaliças, ajudante de pedreiro, conferente, entre outros. A narrativa de Magali ilumina a precariedade e informalidade encarada com criatividade. É uma noção que Magali faz questão de ressaltar ao longo da sua narrativa, um trabalho marcado pela noção de “se não for com amor, carinho e o prato principal de ser humilde, é melhor que você nem vá”. O amplo reportório de trabalhos informais e braçais, marcado na narrativa de Magali, ressalta um ponto, um desejo de reconhecimento das mulheres em profissões masculinas.

É uma trajetória que entende o trabalho enquanto formador de uma parcela de subjetividade. Um movimento comum de sujeitos que elaboraram estratégias de sobrevivência, como nos relata Magali, sobre seus pais, a mãe diarista e vendedora de lanches, e seu pai, motorista de caminhão e de ônibus, para completar a renda. A instabilidade habitacional é

evidenciada também, seja pela ideia de moradia de aluguel e pelas dificuldades constantes. Uma perspectiva, portanto, que encara o trabalho para além de um processo de sobrevivência. O trabalho é um formador da subjetividade, da sua identidade.

Entre rotinas e abismos, a dimensão coletiva, espacializada por Magali, opera no sentido de que trabalhar significa construir laços. A maternidade é uma dimensão demarcada pelo testemunho de Magali e cristalizada com o nascimento da sua filha, que se tornou um fator motivador para o rompimento do uso de álcool e drogas. “No dia que a Maria Clara nasceu, eu nunca mais coloquei mais nada na minha boca”. É um recomeço marcado pela experiência da perda e superação, isso porque, antes do nascimento de Maria Clara, Magali enfrentou duas gestações, duas perdas, ainda jovem, com 13 anos. A maternidade marca outra faceta da subjetividade de Magali, justamente no reconhecimento de que “eles não são meus filhos, são meus amigos”. É, por seu turno, um elo com o cuidado, a escuta e o fortalecimento mútuo. É uma representação que Magali elabora constantemente ao ser perguntada: “O que a maternidade representa na sua vida”.

No testemunho de Magali, ainda há uma ligação religiosa e de mulher provedora, que demarca o trabalho como sustentáculo da sua dignidade. Para Magali, ser mãe é “ser mãe é tudo! É saber que Deus te deu a capacidade de você gerar um ser dentro de você”. Ao longo da entrevista, Magali realiza um movimento de se afirmar como mulher em um campo profissional em grande parcela masculino. A experiência com violência e exclusão é um marcador que perfaz sua história de vida, assim como outros como escolarização, religiosidades e afetos.

A busca pela afirmação da identidade, é um movimento comum de mulheres caminhoneiras, como nos ensina Salvagni (2020, p.581) ao dizer que “uma mulher, portanto, ao se deslocar da casa para trabalhar e viver em uma estrada de incerteza supõe abdicar, inclusive, de sua própria imagem de mulher que lhe foi atribuída desde menina. Ela assume um deslocamento de gênero”. A concepção, o olhar de Magali, é elaborado na estrada, no percurso. É na estrada que esses prismas são elaborados, inclusive, como citado anteriormente, a ideia de superação, guerreira de si mesma e de sua família. As histórias de vida nos ensinam, portanto, para além da teoria e da metodologia.

Considerações finais

A História Oral é desses campos, que, a meu ver, ilumina contornos antes inviáveis e invisíveis na densa neblina da história e historiografia. Ecléa Bosi (1986) já nos ensinava sobre a importância da memória oral ao pesquisar sobre mulheres. As histórias de mulheres

caminhoneiras possuem pontos de confluência em comum. A trajetória marcada pela experiência de trabalhos informais, mal remunerados, coloca suas trajetórias caracterizadas por uma resistência cotidiana sentida na carne, na alma. Louro (2008) demonstra que essa necessidade de superação coloca o sujeito em uma recusa de fixidez e definição de fronteiras. Durval Muniz de Albuquerque Junior (2025, p.58) nos lembra que as carnes são “friccionadas e ficcionadas pelo mundo, elas se abramam de desejo, fazer corpo com tudo a sua volta”.

A História Oral, como um movimento autorreflexivo, nos ensina que é preciso contar a história das dores, do corpo, dos sofrimentos. Magali nos ensina que o ato de narrar, a voz projetada, constituem paisagens, espacialidades. É Judith Butler (2015) que ensina que nos tornamos humanos, criamos os nossos “eus”, através do toque, da fala. É novamente com Albuquerque Junior (2025) que caminhamos com um horizonte de expectativa para uma historiografia que se abre para o sofrimento, as desditas de homens e mulheres. É o intelectual que nos ensina que ser instrumento para vocalizar o grito de dor e revolta do outro é um trabalho fundamental dos historiadores, justamente por ser com as “com as palavras que infringimos sofrimento, com as palavras machucamos e somos machucados, elas veiculam nossas dores e nos doem em todas as superfícies de nosso ser (Albuquerque Junior, 2025, p.71).

Um movimento que considero importante de perfazer com a História Pública, que colabora para o entendimento e ampliação do conhecimento e da divulgação histórica. Assim, é considerada a “história feita para o público, a história feita com o público e a história feita pelo público”. (Mauad, Almeida; Santhiago, 2016). É um movimento que interessa à história das mulheres e aos estudos de gênero, uma vez que a autoridade compartilhada passa a incorporar formas não institucionais, a história, memória e a auto reflexividade de um campo. Os usos, as apresentações audiovisuais, as representações culturais nos museus virtuais contribuem na possibilidade de atribuir novos sentidos às experiências temporalmente narradas.

O Museu da Pessoa, neste sentido, torna-se um importante vetor de memória, um caminho de proposição e manutenção da presença de mulheres nos espaços museais. Dessa forma, a ampliação dos espaços de exibição de objetos, coleções e exposições decorre de uma perspectiva de representatividade e reflexão de ações culturais fundamentais às mulheres. É, em seu turno, dimensionar a potencialidade dos museus de projetar outras leituras de mundo, de exposições, guiadas e pautadas pelos estudos de gênero. De saída, as histórias que perfazemos nos demonstraram trajetórias marcadas por afeto e reinvenção. Narrativas que iluminam experiências, constroem o sentido vivido, ao inscrever no tecido social seus sofrimentos. O ato de narrar suas vidas, é um gesto no qual a história das mulheres e os estudos

de gênero é expandido junto ao campo da História Oral como um ato de escuta e reconhecimento.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. FGV Editora, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A pele da história: corpo, tempo e escrita historiográfica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Editora da UNICAMP, 2011.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CASTRO, Rafael Dias; RODRIGUES, Thamara de Oliveira. **História pública e teoria da história**. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2024.
- CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 126, 2011.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário crítico de gênero**. 2019.
- EIDELSZTEIN, Alfredo. **Outro Lacan**. São Paulo: Toro Editora, 2023.
- FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Dizer o tempo. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 2, n. 1 e 2, p. 27-36, 1994.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GUMBRECHT, Hans U. “**Depois de aprender com a História**”, 1999
- JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.
- LACAPRA, Dominick. **Writing history, writing trauma**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.
- MAUAD, Ana Maria; DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Ed.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Letra e Voz, 2016.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.
- PORTELLI, A. **Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli**. **Historia y Fuente Oral**, Barcelona, n. 1, p. 5-32, 1989
- RANGEL, Marcelo de M. **Ensino de História: temporalidade, pós-verdade e verdade poética**. Tempo e Argumento, Florianópolis, e0110, p. 1-27, 2021.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RICOEUR, **Paul. História e verdade.** 1968.

SALVAGNI, Julice. As caminhoneiras: uma carona nas discussões de gênero, trabalho e identidade. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, n. 3, p. 572-582, 2020.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

VAQUINHAS, Irene. Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história. **Midas. Museus e estudos interdisciplinares**, n. 3, 2014.